



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA - Nº 444 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA**

1 13 de maio de 2025

2 Horário: 14h

3 Local: Casa dos Conselhos

4

5 **ATA 444**

6

7 **Conselheiros Presentes:** Rafaella da Silva Peres – Procuradoria Geral do Município – PROGEM; Valeria  
8 Stradioto – Secretaria Municipal da Fazenda; Simone Beatriz Luiz Rodrigues – Secretaria Municipal da  
9 Educação; Paulo Zulmar Panatta – Secretaria Municipal da Saúde; Camila Moraes de Oliveira – Secretaria  
10 Municipal de Assistência Social; Stefany Rodrigues Wolff - Secretaria Municipal de Assistência Social; Danielle  
11 Angeli - Secretaria Municipal de Políticas para Mulher; Samara Saleh – Fundação Municipal de Esportes; Karimi  
12 Perpetua de Abreu Haidar - Associação de Pais e Amigos de Surdos – APAS; Julia Cristina Marian – Associação  
13 de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; Giselle Coscodai Cabral – Associação Serrana dos Deficientes Físicos  
14 – ASDF; Marciano Luiz Correa – Instituto Paternidade Responsável IPR; Maria Aparecida da Fonseca -  
15 Irmandade Nossa Senhora das Graças; Liliane Nunes Melo – Grupo Escoteiro Heliodoro Muniz; Luiz Carlos  
16 Pflieger – Associação Lageana de Assistência Social – ALAM.

17

18 **Ouvintes:** Rosane Longhi - Associação de Pais e Amigos de Surdos – APAS; Marcio de Assis Godoy – Casa de  
19 Semiliberdade Lages; Izabel Grazziotin – Conselho Tutelar; Margarida da Silva – Conselho Tutelar.

20

21 **Pauta:** Abertura; Aprovação da pauta; Aprovação da ata; Aprovação da ata 442 e 443; Casa de Semiliberdade  
22 Lages – pauta referente a editais e recurso FIA; Devolutiva do XIX Encontro Estadual para Conselheiros  
23 Tutelares e Atores do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes /ACCT; Trabalho  
24 das Comissões; Devolutiva das visitas de Monitoramentos IPR e ADEVIPS; Devolutiva/apresentação da APAS;  
25 Correspondências recebidas e expedidas; Agenda Livre.

26

27 **Desenvolvimento do trabalho:** Nos dias treze de maio de dois mil e vinte e cinco, na Casa dos Conselhos  
28 realizou-se a Plenária Ordinária do CMDCA. A Secretária Executiva Josiane dá as boas vindas aos presentes,  
29 apresenta a Conselheira Samara da Fundação Municipal de Esportes e Diretor da Casa de Semiliberdade  
30 Marcio, que foi convidado para participar da reunião, na sequência fez a leitura da pauta, coloca em aprovação  
31 a pauta, sendo aprovada pelos Conselheiros; bem como, coloca em aprovação as ATAS 442 e 443, sendo que as  
32 referidas ATAS foram aprovadas pelos Conselheiros. Seguindo a pauta referente a Casa de Semiliberdade -  
33 Lages, pois foi recebido ofício da organização solicitando informações sobre editais e recurso FIA, Marcio  
34 agradeceu a oportunidade de participar da reunião, informou que oficiou o Conselho em busca de informações,  
35 de modo a buscar recursos para atividades/oficinas com adolescentes que encontram-se na Casa de  
36 Semiliberdade, contou um pouco do trabalho que realizam, que serve como uma forma inicial de medida ou  
37 transição do meio fechado para o meio aberto, respondem à superintendência da Mesorregião Serrana e ao  
38 Departamento de Administração Socioeducativa – DEASE, e Secretaria de Justiça e Reintegração Social,  
39 trabalham com o plano político-pedagógico, fazendo com que os adolescentes, sua família, sociedade e os  
40 funcionários da unidade, consigam fazer com que essa medida surta o efeito que é necessário, de forma que o  
41 adolescente saia para viver na sua comunidade da melhor forma possível, diferente de quando adentrou, difere  
42 um pouco das demais medidas, porque esse adolescente passa a ter uma restrição de liberdade, trabalhamos  
43 com a confiança, para que possa fazer suas atividades sem uma supervisão, a casa possui capacidade para 12  
44 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18 anos, equipamento conta com três quartos,  
45 comportando quatro adolescentes por quarto, mensalmente passam por inspeção do Ministério Público e  
46 conclui falando da importância de momentos como este, no sentido de conhecer possibilidades e estreitar  
47 parcerias. Camila coloca que a Casa de Semiliberdade é governamental, está inscrita no CMDCA, podendo

48 apresentar projeto a qualquer momento para apreciação desse conselho, diferente de organização da  
49 sociedade civil, que se dá apenas por chamamento público. Julia ponderou apenas sobre a conta bancária para  
50 prestação de contas, que precisa ser específica e Conselheiro Paulo citou que em outros momentos ocorreu  
51 uma dificuldade e demorou anos para finalizar a prestação de contas. Camila sugere ao Marcio que busque  
52 informações com Casas de Semiliberdade que também têm administração pelo Estado, para verificar como que  
53 trabalham com essa questão de recursos e prestação de contas, porque realmente a logística do município é  
54 diferente do Estado. Conselheiro Luiz da ALAM se coloca à disposição de parceria com a Casa de Semiliberdade  
55 para inserir os adolescentes nos projetos da OSC. Julia ainda cita que abrindo edital de chamamento público,  
56 exemplifica que a ALAM pode inscrever um projeto específico de atendimento à Casa de Semiliberdade, mas  
57 depende da abertura de edital e que essa parceria com a ALAM é excelente e supri parte da necessidade neste  
58 momento. Paulo e Conselheiras Tutelares Izabel e Margarida apresentaram devolutiva do XIX Encontro  
59 Estadual para Conselheiros Tutelares e Atores do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e  
60 Adolescentes /ACCT ocorrido em Navegantes: este encontro acontece anualmente, houve algumas  
61 complicações em função ao acesso do local, mas dá pra entender porque aquela região tem um custo muito  
62 elevado e fazer um evento daquele porte, para muitas pessoas, como foi feito elevaria mais ainda os gastos da  
63 associação, dentro daquilo que propuseram, o evento contemplou, foram excelentes palestras, excelentes  
64 pessoas e profissionais capacitados para passar as informações para os conselheiros; Izabel destaca a  
65 importância destes eventos e capacitações para os Conselheiros, sente por não ser possível a participação de  
66 todos os colegas, citou a palestra com a Patricia Lira, inclusive sugerindo a possibilidade de trazê-la para Lages  
67 para uma capacitação. Paulo citou ainda a situação que o Conselho Tutelar de um município de Santa Catarina  
68 está vivenciando, onde os Conselheiros foram afastados do cargo, aproveitou a oportunidade para conversar  
69 com equipe da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares sobre a questão que o CMDCA apurar os fatos  
70 e aplicar penalidades aos Conselheiros Tutelares, através da instalação de uma comissão de ética em processo  
71 disciplinar, sendo que Associação verificou com seu Jurídico, informando que a Prefeitura que precisa fazer  
72 isso, tendo em vista o vínculo da entidade pública, para isso se faz necessário alterar a Lei deste Conselho.  
73 Conselheiras Liliane e Valéria realizaram visita de monitoramento as OSCs e apresentaram devolutiva: em  
74 visita a ADEVIPS pode-se perceber que é uma instituição muito importante para a região e para os usuários,  
75 atualmente não possuem nenhum projeto financiado pelo FIA, estão trabalhando com alguns projetos que  
76 estão sendo financiados por emendas parlamentares, estão aguardando inclusive a liberação de valores para  
77 uma sala sensorial que está parada desde o ano passado e que é fundamental para crianças de baixa visão,  
78 atualmente estão atendendo 80 pessoas (entre crianças, adultos e idosos), o espaço é alugado, sendo uma casa  
79 de dois andares, sem acessibilidade; explanaram ainda importante iniciativa onde recentemente fizeram um  
80 projeto com os professores da rede municipal para uma integração e articulação com a rede. Já o Instituto  
81 Paternidade Responsável perceberam a importância do apoio familiar para os atendidos na busca da  
82 paternidade e do nome do pai no documento, os encaminhamentos para DNA, contato com o suposto pai e  
83 atendimento psicológico aos envolvidos. Conselheiros conversaram sobre as visitas e em especial Conselheiro  
84 Marciano exemplificou um caso que estão acompanhando no Paternidade Responsável de uma adolescente em  
85 que o primeiro exame de DNA deu negativo, citou ainda que possuem convênio com Tribunal de Justiça (exame  
86 gratuito, mas a espera é mais longa, podendo ficar aguardando na fila por um ano aproximadamente) e  
87 particular, possuem laboratórios conveniados com custo entre R\$350,00 a 500,00; desde 2008 o Paternidade  
88 Responsável já entregou mais de 21 mil laudos, atualmente estão desenvolvendo um projeto através de  
89 recurso do CEDCA/FIA Estadual e outro através de uma emenda parlamentar da Deputada Luciane Carminatti.  
90 Secretária Executiva agradeceu as Conselheiras que se envolveram com as visitas e pela devolutiva  
91 apresentada e coloca o Conselho a par de dificuldades que tem enfrentado em agendar as visitas com as OSC,  
92 que recebeu negativa de uma delas em função da ausência de profissionais em função da carga horária de  
93 contratação com os projetos. Conselheira Julia parabenizou a equipe da Auditoria e Controladoria Interna, que  
94 o parecer enviado está muito bom, muito bem fundamentado; o Conselho solicitou parecer sobre o exercício  
95 fiscal, para começar o projeto e terminar dentro do ano fiscal e pela análise da Auditoria, não há problema  
96 jurídico algum, inclusive a Lei Nº 13.019 prevê 24 meses e até 36 meses, então, a prestação de contas pode  
97 acontecer de forma parcial dentro do exercício fiscal e esse já era o entendimento que tínhamos, não há  
98 necessidade de aditivos, em relação aos repasses, como será na modalidade de chancela, acredito que será  
99 em parcela única. a prestação de contas deve estar bem nítida no edital, de que forma ela vai ocorrer. Camila

100 sugere que no edital conste, conforme parecer da Auditoria AG/CI\_CI Nº 763/2025 para ter maior respaldo.  
101 Julia pondera a importância que neste edital de chancela, os projetos contratem uma auditoria externa,  
102 captaria o recurso, já deixaria um valor destinado para esta auditoria, acredita-se que isso melhoraria muito a  
103 qualidade dos projetos, se tivesse a auditoria, pois a auditoria certifica, realiza o parecer por escrito,  
104 acompanha mês a mês e emite o relatório, as OSCs contratam uma empresa externa para esta consultoria, fica  
105 aprovado a contratação de auditoria externa para projetos acima de R\$300mil reais. Ainda sobre o edital, falta  
106 fazer a resolução da chancela, para próxima reunião de comissões e posterior apreciação da plenária. Na  
107 sequência, apresentação da APAS, onde Karimi fez apresentação do projeto O Mundo é das Diferenças,  
108 executado pelas instituições APAS e ADEVIPS, que foi financiado pelo Santander por três anos, e Rosane –  
109 Coordenadora da Educação expôs os projetos financiados com recurso do FIA referente aos editais de 2023 e  
110 que foram executados em 2024. Para mês de junho a ASDF fará apresentação dos seus projetos.

111  
112 **Trabalho das Comissões:** Resolução que dispõe sobre os requisitos para utilização dos recursos do Fundo  
113 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA na aquisição, construção, reforma, manutenção ou  
114 aluguel de imóveis públicos e/ou privados destinados exclusivamente à Política da Infância e da Adolescência,  
115 a Comissão de Comunicação e Normas sugeriu rever a posse e prazo, foi realizada leitura, discussão e revisão  
116 pela Plenária e concluiu por aprovar a referida Resolução. Termo de Referência para contratação de empresa  
117 para prestação de serviços técnicos especializados de pesquisa científica para atualização e ampliação do  
118 Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente do Município de Lages, a Comissão de Comunicação e Normas  
119 avaliou a necessidade de inserir os seguintes itens: Escolaridade dos pais; Questão religiosa; Identificação,  
120 treinamento e divulgação das pessoas irão coletar os dados; Quantidade de impressos; Sigilo dos dados a serem  
121 publicadas no site da Prefeitura; Plenária de pondera a importância de revisar pontos sugeridos na reunião de  
122 Comissão do mês de junho, para posterior apreciação da Plenária, pois o termo precisa estar consistente por  
123 conta do encaminhamento para licitação e Camila sugere que tenham representantes da Saúde, Assistência e  
124 Educação, inclusive de OSCs para revisar questão de serviços, programas e/ou projetos novos. Sobre a  
125 alteração da Lei Complementar nº 543/2019, Josiane contextualiza que esta já uma demanda antiga deste  
126 Conselho e recentemente a Secretária de Assistência Social nos procurou, falando da necessidade e  
127 importância de revisão das Leis dos Conselhos vinculados a Assistência Social e colocou o setor de Regulação  
128 do SUAS, através da profissional Bernadete a disposição para apoio na revisão das Leis, por isso a importância  
129 desta pauta, no entanto, precisa ser melhor estudada e debatida na próxima reunião de Comissões. Aprovação  
130 do Demonstrativo Financeiro do FIA do primeiro trimestre/2025, conforme análise documental, a Comissão  
131 aprova o Demonstrativos Financeiros do Primeiro Trimestre, sendo aprovado pela Plenária.

132  
133 **Ofícios Recebidos:** Ofício nº164/2025 da SMAS; Ofício nº 90/2025 do CT; Ofício nº 268/2025/FME com  
134 indicação para nomeação dos Conselheiros; Escala de Plantão e Sobreaviso do CT, mês de Maio/2025; Ofício  
135 nº 1063/2025/PGM/RSP da PROGEM; Ofício nº 92/2025 da SMAS para indicação de representação do CMDCA  
136 para Comissão Intersetorial; Ofício AG/CI\_CI Nº 763/2025 referente a solicitação de parecer de vigência de  
137 ano fiscal.

138  
139 **Ofícios Expedidos:** Ofício nº 007/2025/CMDCA para 4ª Promotoria; Ofício nº 008/2025/CMDCA para FME;  
140 Ofício nº 009/2025/CMDCA para Prefeita Carmen Zanotto, c/c para PROGEM referente ao Projeto de Lei para  
141 criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Ofício nº 010/2025/CMDCA para Auditoria Geral  
142 e Controladoria Interna; Ofício nº 011/2025/CMDCA para Setor de Fundos, Projetos e Emendas  
143 Parlamentares; Ofício nº 012/2025/CMDCA para Diretoria de Proteção Social Especial de Média  
144 Complexidade.

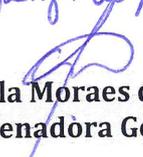
145  
146 **Agenda Livre:** Conselheira Julia trouxe informações referente a Equipe da Escuta Especializada, que houve  
147 mudanças e das quatro profissionais que faziam parte do quadro, apenas uma está no setor, as demais  
148 solicitaram desligamento por outros vínculos, além desta questão Julia pondera a importância do CMDCA ficar  
149 atento a questão do financiamento do Setor, pois iniciou com uma emenda parlamentar que a saúde detinha, e  
150 com a mudança de gestão se faz necessário, verificar como será assumido o gerenciamento financeiro do setor,  
151 Conselheira Maria concorda, porque não podemos ficar a mercê do financiamento acabar e somente após isso

152 fomentar a discussão, no término do convênio em dezembro/2025. Camila entende que isso tem que partir do  
153 executivo e não vê como uma atribuição do Conselho, pois vê a Escuta Especializada do Município de Lages  
154 como algo atípico e conclui dizendo que imagina que o Comitê vai ter que fazer esta discussão, se vai ter  
155 articuladores nas políticas públicas ou se vai permanecer com o Setor, sugerindo que o Comitê faça um ofício  
156 à Secretaria de Saúde solicitando informações a cerca disso e podem assinar juntos CMDCA e Comitê. Secretária  
157 Executiva Josiane citou que chegou que chegou ao Comitê, apesar de não ser de uma informação informal, que  
158 a escuta especializada foi financiada por uma emenda somente no primeiro ano, depois foi financiada por  
159 recursos da Secretaria de Saúde, no ano passado com a troca do Secretário Clayton, pela Secretária Odila, o  
160 Comitê pediu uma reunião com a Secretária Odila e na ocasião ela não dispunha dessa informação de como o  
161 Setor estava sendo financiado e se colocou à disposição para verificar isso, o Promotor Giancarlo havia  
162 inclusive oficiado a Secretária e o Prefeito e citou a importância de retomar esta pauta com a Gestão e solicitar  
163 agenda. Conselheiro Paulo informou foi liberado a ordem de serviço para a construção do CAPS ad III, que vai  
164 ser no terreno do CAPS II, com recursos próprios e que não tem como deixar os dois equipamentos no mesmo  
165 espaço e possivelmente o CAPS II mude de local.

166  
167 Nada mais havendo a tratar a Coordenadora Camila encerra a reunião, eu Josiane Cristine de Souza lavrei a  
168 presente ata que depois de lida e aprovada será arquivada em livro próprio de atas.

169 *Repello de Silvio Peres, Danielle Anzeli,*  
170 *Valéria Stradiotto, Leticiane Nunes Melo, Paulo Zulmer Porable*  
171 *Marcos Vinícius Cordeiro, Camilo M. de Oliveira*  
172 *Quelce Loreacci Sabral, Júlia Cristina, Mariane Karimí Haudar*  
173 *Liamara Balh, Hans Aparecido dos Santos, Izabel Cristina Scorzietin,*  
174 *Luiz Carlos PLEGGOR, Stefany Ruff, Simone Beatriz Rodrigues*

175  
176  
177  
178

  
**Camila Moraes de Oliveira**  
**Coordenadora Geral CMDCA**